



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**ALOCUÇÃO**

**DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO**

**KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM A COMUNIDADE**

**E AMIGOS DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL**

**26 de Novembro de 2008**

**Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa**

**Cidade Universitária**

Reverendíssimo Bispo Dom Carlos Ximenes Belo  
Magnifico Reitor, Prof. Dr. António Sampaio da Nóvoa

Distintos Convidados  
Irmãos e Irmãs Timorenses,

É uma honra e um privilégio, já para não falar da emoção que sinto, estar aqui hoje neste País solidário e acolhedor, com amigos timorenses e amigos portugueses, nesta calorosa recepção.

Esta é a primeira visita oficial que efectuo a Portugal, enquanto Primeiro-Ministro e, por isso, cumpre-me em primeiro lugar, agradecer a vossa presença.

Apesar de Timor-Leste estar situado no outro extremo do mundo, a proximidade que existe entre os nossos dois países é grande e reveladora do entusiasmo com que estamos sempre a consolidar e a reinventar novas formas de relações e de cooperação, sustentadas pela nossa história e cultura comum mas também na partilha de valores e afinidades.

Senhoras e senhores,

**Timor-Leste é um pequeno País que em tudo pode vir a ser grande!**

Neste momento, grandes são as expectativas e grandes são os desafios. Nestes últimos dois anos, Timor-Leste andou de novo pelas “bocas do mundo” e muito se disse e se escreveu sobre o nosso País, inclusivamente que nos íamos transformar num “Estado falhado” ou ficar reféns de poderosos interesses globais, políticos, militares ou económicos.

A nossa Nação Independente só tem 6 anos. É evidentemente jovem e por consequência frágil.

Além disso, a sua independência foi conquistada num contexto que apresenta grandes riscos para a estabilidade nacional, refiro-me às consequências deixadas pela guerra contra a ocupação indonésia mas também à caracterização económica do País: baixos rendimentos, lento crescimento económico e extrema dependência da exportação de bens essenciais.

Dizem os estudiosos nestas matérias que é como jogar na “roleta russa” e que isto é mais do que uma simples metáfora. A probabilidade de um País com estas características entrar numa guerra civil num período de cinco anos, é de uma em seis - o mesmo risco que corre um jogador na “roleta russa”!

Infelizmente tivemos a crise política de 2006 **a alertar para esta fragilidade.**

Foi por isto que no processo eleitoral de 2007, os timorenses demonstraram a sua vontade de mudança e elegeram os seus representantes ao Parlamento Nacional, consagrando uma maioria parlamentar, **maioria esta que recebeu um mandato claro para formar um Governo estável.**

Este novo ciclo na vida política do País é, já por si só, um grande progresso. O Governo da AMP compreendeu a vontade de mudança dos timorenses e definiu um projecto político reformador, dando absoluta prioridade à estabilidade e segurança nacional e às medidas de justiça social, à recuperação económica e à melhoria das condições de vida da população, resgatando-a da pobreza.

**Grandes sonhos, grandes desafios!**

E se, como qualquer Governo, contávamos com a passagem das “pastas” acompanhadas do respectivo arquivo e da memória institucional do Governo, que nos indicasse a situação real do País e que guiasse os nossos primeiros passos – não foi isso que aconteceu, **tornando este desafio ainda mais exigente.**

Herdámos sérios problemas cuja dimensão e gravidade, poderiam hipotecar qualquer tentativa de implementação de novas políticas, por mais eficazes que fossem.

Tínhamos centenas de milhares de pessoas internamente deslocadas em campos, no centro de Díli, a viver em condições humanitárias graves. A Comunidade Internacional estimou que levaria 10 anos a resolver esta situação. **Este ano, encerrámos quase todos os campos e mais de 10.000 famílias regressaram a casa.**

Tínhamos um grupo de ex-F-FDTL (um terço das Forças Armadas), frustrados com as tomadas de decisão do Estado, que se colocaram à margem da sociedade por não terem tido resposta para as suas petições. **Este ano, reingressaram todos na vida civil e voltaram para as suas comunidades, encerrando este processo.**

Tínhamos uma situação inadmissível de não-alinhamento e desconfiança entre duas Instituições fundamentais para a segurança e estabilidade nacional, refiro-me à PNTL e F-FDTL. **Este ano, estas duas instituições trabalharam em conjunto para o bem da Nação, como se verificou na actuação do Comando-Conjunto, iniciando uma nova etapa na história da relação entre estas Forças.**

Tínhamos, inclusivamente, um grupo rebelde armado com bastante influência junto da população, que chegou a ameaçar a soberania nacional com o dramático caso do atentado ao Presidente da República, Dr. Ramos-Horta. **Este ano, este grupo entregou-se voluntariamente à Justiça, estando a aguardar o processo normal das investigações.**

Senhoras e senhores,

Em apenas quinze meses Timor-Leste assistiu já a uma mudança fundamental, houve mudança na mentalidade nacional. Todos os timorenses clamam pelo mesmo objectivo: **chega de violência, chega de instabilidade.**

**O nosso Povo quer a Paz!**

Foram estes os vectores fundamentais que tínhamos em consciência sobre o nosso direito à Independência, quando votámos em 1999. É este património, de exigente manutenção, que todos temos que nos esforçar para manter. **Valores como Unidade, Estabilidade e Paz têm que fazer parte do nosso dia-a-dia.**

Este é o desígnio do nosso Governo mas exige o compromisso de todas as forças vivas da nossa sociedade!

Podemos agora anunciar que findou um período de grande turbulência. Felizmente hoje vemos, novamente, as crianças a brincarem nas ruas, o comércio a prosperar e as actividades nas cidades a ganhar a tranquilidade que caracterizou os momentos após a Independência. **A decisão de não voltar atrás é agora de todos os Timorenses.**

Caríssimos amigos,

Mas não é só a vontade dos timorenses e a resolução dos problemas graves que herdámos, que contribuem para a estabilidade nacional...

Oito anos após o fim da guerra, **fomos encontrar os nossos heróis nacionais**, Combatentes da Libertação da Pátria, **sem o merecido reconhecimento e a viver em condições de extrema pobreza.**

Mais, nunca antes deste Governo tomar posse, foi considerado seriamente o **pagamento de pensões para os idosos.**

Esta é mais uma das prioridades nacionais que cumprimos. Iniciámos o pagamento de pensões a idosos, combatentes, viúvas e órfãos que se sacrificaram para a conquista da nossa Independência.

Acreditamos em medidas de **justiça social** que não podem ser adiadas, da mesma forma que acreditamos no investimento nas futuras gerações e por isso as nossas políticas são integradas: aliviar os mais carenciados no presente, mas com os olhos postos no crescimento económico para o futuro.

Estes novos programas de pagamentos de pensões, irão ajudar a reduzir a pobreza que vem a aumentar desde 2002.

O recente trabalho produzido pelo Banco Mundial e pelo Ministério das Finanças, sobre o índice da pobreza nacional em Timor-Leste, diz-nos que estamos mais pobres do que estávamos à 5 anos atrás. **Até 2007 a pobreza aumentou, ano após ano!**

Este triste legado que os anteriores Governos nos deixaram, deve-se à falta de aplicação de medidas concretas para o desenvolvimento económico. O

Governo anterior simplesmente falhou em gerir a economia e falhou a providenciar oportunidades para o nosso Povo.

O resultado está à vista de todos: cerca de metade da população timorense vive com menos de 60 cêntimos de euro por dia, e destes, metade são crianças, sofrendo de fome e má nutrição.

Entre 2002 e 2007 a economia não-petrolífera declinou, o que significa que em termos *per capita* o PIB caiu 12% durante este período, ao mesmo tempo que as receitas do petróleo têm vindo a aumentar, como resultado do aumento dos preços do petróleo.

Com base nas recomendações deste estudo, temos que investir fortemente no crescimento económico e temos que rever a actual estratégia do Fundo do Petróleo, com vista a maximizar o valor total das receitas, receitas estas que têm que satisfazer as necessidades da nossa população, para erradicar a fome e diminuir a pobreza e também para melhorar os sistemas de educação e saúde.

Senhoras e senhores,

**Este Governo não pode compactuar com o facto de ter uma maioria pobre, num País que é efectivamente rico.**

Para reverter esta tendência, o País tem que investir já em recursos humanos, em infra-estruturas, tem que investir no desenvolvimento agrícola e rural e no desenvolvimento do sector privado.

É este o nosso compromisso para o próximo ano. Sabemos que “gastar bem” significa não apenas gastar de forma rápida e eficiente, como também gastar de

forma que ajude o nosso País a evitar a “maldição dos recursos”, que tem minado as perspectivas de desenvolvimento de tantos países ricos em recursos.

Claro que as mudanças e as reformas não se fazem de um dia para o outro, é um processo lento, mas ainda assim, em pouco mais de um ano, os esforços do meu Governo já são evidentes.

Escolhemos o ano de 2008 como o Ano da Reforma da Gestão do Estado. Temos vindo a implementar reformas essenciais: reformas nos órgãos governamentais e na administração pública, reformas nos procedimentos, reformas legislativas e reformas de mentalidades.

O Governo está a cumprir o seu compromisso de desenvolver mecanismos de boa governação e reforço da qualificação dos serviços públicos e, neste sentido, inaugura o próximo ano com a criação da:

- Comissão da Função Pública, porque para conduzir o crescimento económico é indispensável haver capacidade técnica e competência administrativa, ou por outras palavras: produtividade, profissionalismo, integridade e eficiência na Administração Pública;
- Comissão Anti-Corrupção, que reportará directamente ao Parlamento Nacional, com fortes poderes para combater a corrupção de acordo com aquilo que o Povo solicitou, que actuará sem receios, erradicando e sancionando os actos de corrupção.
- Câmara de Contas, que fiscalizará a legalidade das despesas públicas e julgará as contas do Estado, de forma independente. Assinámos, hoje mesmo, um Protocolo de Cooperação com o Tribunal de Contas

Português, que irá assistir Timor-Leste na capacitação institucional dos quadros timorenses em Portugal e assistir na implementação da Câmara de Contas em Timor-Leste.

A proposta para o próximo ano vem consolidar estas reformas já implementadas e apostar fortemente na economia, na qualificação profissional e na criação de emprego - a par da disciplina orçamental.

E por falar em disciplina orçamental, gostaria de partilhar convosco que até ao final deste ano, num período de 17 meses desde a tomada de posse deste Governo em Agosto de 2007, aumentámos em muito a taxa de execução orçamental. Entre 2002 a 2007 foram executados pelos anteriores Governos 497.8 milhões; desde Agosto de 2007 até final de 2008, estimamos executar 508 milhões.

Relembro que o Orçamento do período de transição, executado no tempo reduzido de dois meses e meio, chegou a uma taxa de **execução orçamental de 90,1%**. Este valor de execução é bastante elevado quando comparado com valores conseguidos em orçamentos anteriores.

Mais, relativamente às elevadas obrigações no valor de \$119 milhões que o meu Governo herdou, contraídas pelos Governos anteriores e assumidas por este Governo, conseguimos, com a aplicação de uma nova metodologia de gestão financeira e no âmbito da reforma do Ministério das Finanças de melhor gestão e transparência dos fundos públicos, reduzir o total inicial de 119 milhões para um total de 55.19 milhões. Concluindo, em **menos de três meses foram resolvidas 53% das obrigações transitadas**.

Estes factos dão-nos confiança para rever a política do petróleo. Estes factos comprovam que reformas de procedimentos e formação do pessoal, podem alterar o estado da Nação.

Associado a isto, ressalvo o objectivo de estabelecer um oleoduto no sul do País, do qual não queremos abdicar e pelo qual não poderemos hipotecar a segurança e estabilidade nacional.

O anúncio feito pela *Woodside Petroleum* foi prematuro, quando referiu falta de viabilidade em Timor-Leste. O Governo tem vindo a conduzir estudos técnicos e de viabilidade com outras empresas e a opção de Timor-Leste é muito mais viável do que aquilo que foi sugerido, sendo também a rota mais curta e económica.

Este projecto, a somar à criação de uma Companhia Petrolífera Nacional, constituem importantes desenvolvimentos no sector petrolífero e são potenciais criadores de emprego e de crescimento económico.

Muitas palavras têm sido ditas acerca de Timor-Leste! Este Governo não se fica pelas palavras, porque essas, infelizmente, não fazem avançar o País.

**Estamos prontos para demonstrar que é possível desenvolver o nosso País.**

Estamos também prontos para receber o investimento privado daqueles que souberem aproveitar esta oportunidade.

Temos um pacote legislativo sobre investimento preparado, temos uma Lei Tributária aliciante, temos legislação sobre arrendamento de terrenos vantajosa,

estamos a apostar no desenvolvimento de infra-estruturas e temos finalmente a segurança que não tínhamos até recentemente.

Senhoras e Senhores,

Sabemos que com tantas prioridades que o nosso País tem, fazer de tudo uma prioridade é não ter prioridades. Por isso, não esperem que este Governo que recebeu um mandato para cinco anos resolva todos os problemas herdados, em pouco mais de um ano.

### **Somos politicamente responsáveis!**

Apesar dos retrocessos que têm condicionado o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, considero que temos todo um potencial para sermos bem sucedidos e para sermos motivo de orgulho para todos aqueles que nos apoiaram e acreditaram em nós.

**Timor-Leste pode e vai ser grande!** Todos os líderes timorenses partilham deste ideal, porque **devemos isto ao nosso Povo** – residentes em Timor-Leste, em Portugal, ou no mundo.

Devemos isto aos nossos amigos espalhados no mundo. Devemos isto aos nossos amigos portugueses que sofreram as nossas mágoas e choraram as nossas lágrimas.

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão

26 de Novembro de 2008